PRINCÍPIOS E APLICAÇÕES DO ARTIGO 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Autor(res)

Poliana Lovatto
Viviane Maria Rocha Rodrigues

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL

Introdução

O tema deste resumo expandido investiga os princípios e as aplicações do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (CF) na proteção do meio ambiente no Brasil, considerando os desafios enfrentados na implementação desses princípios. Destaca-se a responsabilida-de compartilhada entre o Estado e a sociedade, as medidas administrativas e criminais para infrações ambientais, e a reparação de danos como elementos fundamentais para a preser-vação ambiental. O problema de pesquisa consiste em analisar como o artigo 225 CF in-fluencia a efetiva proteção do meio ambiente no Brasil, considerando a complexidade do sistema jurídico e os desafios enfrentados na implementação desses princípios, como a falta de recursos, a impunidade em casos de infrações ambientais e a necessidade de cons-cientização e engajamento da sociedade.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar criticamente o papel do artigo 225 na proteção do meio ambiente, identificando seus impactos positivos e desafios na efetivação desses princípios.

Material e Métodos

Para alcançar esse objetivo, adotou-se o método analítico-normativo, de natureza dedutiva, com refino na busca das categorias científicas observadas, atrelando o tema aos fatos e fenômenos sociais vinculados ao problema de pesquisa. Realizou-se uma revisão biblio-gráfica, incluindo análise da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência, ambos rela-cionados à proteção ambiental no Brasil. Também serão consideradas entrevistas com especialistas e representantes de órgãos ambientais para obter insights adicionais.

Resultados e Discussão

O Artigo 225 da CF/88 representa um marco na proteção ambiental no Brasil. O desafio é compreender o impacto efetivo, bem como os obstáculos na aplicação de seus princípios. Destaca-se o reconhecimento do direito a um ambiente equilibrado, fomentando a conscientização e o envolvimento da sociedade na proteção dos recursos naturais. Além disso, a definição de responsabilidades e sanções estabelece um quadro jurídico para combater práticas lesivas ao meio ambiente garantindo reparação de danos ambientais.
Entretanto, surgem desafios significativos na implementação dos preceitos do Artigo 225. A escassez de recursos

financeiros e humanos dificulta a fiscalização eficiente das atividades ambientais, enquanto a lentidão judicial e a falta de eficácia nas punições contribuem para a impunidade de infrações ambientais. Ademais, é crucial promover maior conscientização e engajamento da sociedade civil para uma participação ativa na preservação ambiental e no cumprimento das normas ambientais.

Conclusão

A análise crítica do artigo 225 da CF revela sua importância na proteção do meio ambiente no Brasil, mas também aponta para a necessidade de superar os desafios enfrentados na implementação desses princípios. É fundamental o aprimoramento das políticas públicas, a alocação adequada de recursos e o fortalecimento da conscientização e do controle social para garantir uma proteção ambiental efetiva e sustentável no país.

Referências

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 24ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.
BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 6ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 18ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.